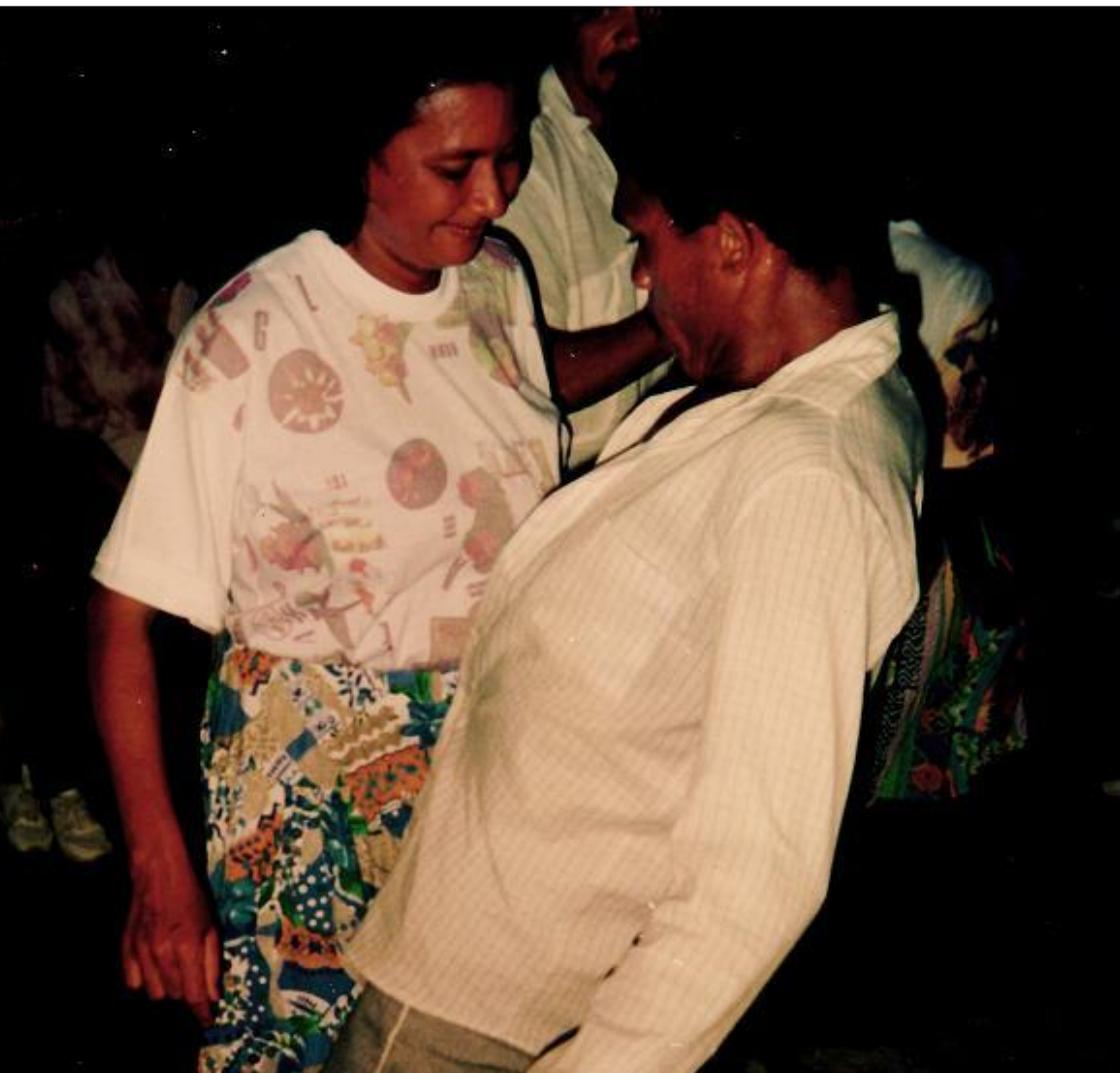


# AS INTERFERÊNCIAS NA REALIZAÇÃO DO COCO

*Andrea de Mesquita Guerra  
Mônica Martins Pereira*





A questão aqui abordada trata das interferências sofridas por alguns grupos de cantadores e dançadores de coco que se localizam principalmente em Monte Castelo e Camalaú (Município de Cabedelo), Forte Velho (Município de Santa Rita) e Mandacaru (Município de João Pessoa), a partir da leitura dos relatos de visita e das transcrições das entrevistas, ou seja, da atuação direta na pesquisa de campo.

Esses dançadores e cantadores de coco possuem uma tradição cultural muito forte e pode-se perceber que alguns deles resistem como podem à total extinção de suas práticas culturais. Mesmo assim, eles não estão totalmente livres de interferências de ordem política, social e econômica.

Essas interferências, provocadas por situações externas, podem contribuir para a não continuidade da manifestação. Vale salientar que são precárias as condições de vida daqueles que praticam essa dança como forma de diversão nos espaços de tempo livre.

Uma das interferências pode ser a presença de uma pessoa que não pertence a essa comunidade e que passe a influenciar ou induzir as decisões do grupo. Todo grupo por si só já possui uma organização interna, ou seja, ele mesmo confecciona os instrumentos, escolhe os dias de dançar, estabelece os dançadores e cantadores.

A influência dessas pessoas, muitas vezes, não se dá por má intenção, como é o caso de um folclorista que, em 1978, manteve contato com os dançadores de Cabedelo e, constatando as condições deste grupo, procurou ajudá-lo, organizando-o para

apresentações fora de seu contexto original. Essa atitude criou uma forte dependência nesse grupo de dança, que hoje busca um líder de fora da comunidade que o organize e o conduza. Essa questão da dependência torna-se clara ao ouvirmos o depoimento de Seu Roque, cantor de Cabedelo, que reside no bairro de Camalaú:

[...] hoje nós precisamos de um linha de frente, um patrocinador, porque ele é responsável por chegar, pegar, levar e trazer. Fazer um convite, arranjar com o governo um transporte, com o prefeito o carro.

E também torna-se explícita na entrevista com um membro da Associação Artística e Cultural de Cabedelo (AACC), referindo-se à comunidade de Monte Castelo, em Cabedelo:

É porque eles sempre colocam, querem colocar a gente, né?[...] por a gente estar sempre orientando eles, numa reunião onde a gente comparece... então eles têm a ideia de colocar a gente à frente do grupo pra dirigir. E a gente acha que não funciona, tem que ser eles mesmos, pessoas do meio deles que levem à frente.

Nesse caso, temos um estado de consciência, já em formação, do que venha prejudicar o grupo. Este membro da Associação Artística e Cultural de Cabedelo sabe que o líder do grupo de cantadores e dançadores tem que ser um deles, mas, inconscientemente, assim como o folclorista, anteriormente, já está interferindo no desempenho natural daqueles dançadores, quando tenta orientá-los e comparece às reuniões do grupo.

Essa dependência dos dançadores e cantadores, comumente, gera uma perda de autonomia, pois não conseguem mais tomar suas próprias decisões.

Outro exemplo é a interferência de ordem política, pois os políticos, para sua autopromoção, “ajudam” os artistas populares, fornecendo-lhes oportunidades para apresentações, muitas vezes, em seus comícios. Em troca disso, os cantadores e dançadores têm que se adaptar a qualquer ordem determinada, inclusive estarem predispostos a se apresentarem em qualquer horário a qualquer dia e em qualquer lugar. Este caso é um exemplo típico de autoritarismo político, no qual, segundo Marilena Chauí<sup>i</sup>, as relações tomam a forma da dependência e da tutela, da concessão, da autoridade e do favor. Isso se torna claro no depoimento de Seu Manuel Idelfonso, do coco do bairro de Mandacaru (João Pessoa, PB), a Henrique J. P. Sampaio, que o entrevistou<sup>ii</sup>:

M — Toda semana a gente brincava... era um tenente que mandava me chamar, o tenente que mandava chamar a gente pra brincar. Nesse tempo era... aquele prefeito que morreu? — Damásio.

H — Ele chamava pra apresentar em festa da prefeitura, é?

M — Era.

H — Vocês brincavam por aqui, perto de casa?

M — Não. Qualquer hora que ele quisesse buscar a gente pra brincar, a gente brincava.

Como consequência dessa situação apresentada pelo Sr. Manuel, o grupo perde o contexto original, ou seja, ele passa a se apresentar em outros lugares, a convite, não apenas pelo prazer de brincar, mas também visando alguma remuneração.

Também em Forte Velho, pudemos perceber outro caso de autoritarismo. Neste local, havia um grande proprietário que, por possuir a quase totalidade das casas e terras, se achava no direito de decidir sobre a vida dos demais moradores, chegando até a interferir nos dias em que costumam dançar coco. A relação dominador/dominado torna-se mais clara ainda ao percebermos o padrão de habitação imposto pelo proprietário aos moradores: enquanto a casa do proprietário era de tijolos e telhas, a dos demais era de palha e barro<sup>iii</sup>.

O papel da polícia também é outro fator que interfere no funcionamento interno do grupo, uma vez que ela usa arbitrariamente o poder para impedir a realização da manifestação, alegando apenas que esta causa “desordem”. Algumas vezes, a polícia age por conta própria; outras, atendendo a chamados, como exemplifica João Balula, em seu depoimento centrado basicamente no coco dançado no Bairro da Torre:

O tambor incomoda às vezes tocando na frente da casa de alguém, como aconteceu com a gente diversas vezes: estar tocando na frente e o cabra chamar a polícia... sem conversar com a gente.<sup>iv</sup>

Existe ainda uma interferência indireta por parte da polícia, ou seja, ela pode permitir a apresentação do grupo de dançadores e cantadores de coco desde que eles sejam coniventes com determinadas situações, o que não deixa de ser uma forma de opressão. É o que verificamos em Juripiranga, PB, onde o dono de um barzinho contou que precisava avisar os policiais sempre que fosse fazer uma ciranda ou coco em seu estabelecimento.

Nessas ocasiões, os policiais apareciam, às vezes, acompanhados com mulheres, bebiam e comiam o que havia de melhor, usufruindo de tudo gratuitamente. Quando os policiais não se sentiam bem tratados, queixou-se o dono do bar, acabavam com a dança, alegando desordem ou barulho excessivo, prejudicando o proprietário do estabelecimento, que tinha de pagar aos tocadores e cantadores, sem ter vendido quase nada naquela noite. Aqui as leis são tomadas de forma arbitrária para preservar privilégios, para reprimir e oprimir, ou seja, as relações se dão em forma de mando e obediência.

Também a influência da mídia é outro grande fator de interferência, uma vez que, através dos meios de comunicação, como rádio e televisão, as comunidades têm acesso a valores culturais

diferentes, o que vem a causar um fascínio pelo novo. Essa fascinação gera no jovem um constrangimento diante de sua própria tradição e leva a um questionamento da viabilidade dessa tradição. O jovem passa a achar que os valores culturais de sua comunidade estão ultrapassados e não mais quer participar das festas comunitárias.

O papel da escola, semelhante ao da mídia, é outro fator que causa interferência, já que coloca o jovem também em contato com outro universo cultural. Esse contato faz com que o jovem se distancie de sua tradição e perca o interesse por ela. Vejamos parte do depoimento de Mônica, integrante do grupo de Monte Castelo em Cabedelo, com 18 anos na época em que foi entrevistada:

Ah! o pessoal daqui não dá valor...[...] No colégio mesmo, quando tem uma representação aqui, o pessoal não entra pra participar. Aqui, o que a gente vê é o povo antigo. O povo antigo é que dá valor!

Os adultos também alegam esse desinteresse dos jovens e queixam-se da evasão:

Ninguém se interessa pelo coco. [...] É como eu digo, o povo não acredita, não considera. Mesmo quem é da brincadeira... a gente chega aborrece, não ajuda, não coopera com os dirigentes.<sup>v</sup>

Eles não querem nada. As moças não querem... os jovens não querem. Os jovens só querem é negócio de clube, de rancho, essas coisas... mas coco? não querem, não querem mais uma lapinha [...]. Dizem que aquilo vai servir de palhaço pro povo, para o povo tá mangando [...] Se disser assim: hoje tem uma

representação aqui mesmo. Tudo se esconde! Você procura um, mas não acha mesmo. Eu não vou dançar isso, o pessoal vai mangar, esse negócio de coco... Porque no meu tempo, no dia de ontem, véspera de Santo Antônio, já tava pegando o coco e só ia deixar amanhã [...] enrolava antevéspera, véspera e dia de São João.<sup>vi</sup>

Uma pessoa como eu, uma pessoa dessa idade não tem vergonha! Porque eu não tenho vergonha de dançar em canto nenhum. Agora, já as minhas filha... têm vergonha.<sup>vii</sup>

Os comentários dos participantes do coco, aqui transcritos, demonstram as dificuldades por eles encontradas para dar continuidade a essa tradição popular. Por outro lado, as várias interferências ressaltadas, externas aos grupos, também prejudicam a existência do coco como dança, que precisa de autonomia para gerar suas lideranças e as formas de continuidade da manifestação.

---

<sup>1</sup> CHAUÍ, Marilena. “Cultura popular e autoritarismo”. In: — *Conformismo e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

<sup>1</sup> M corresponde a Manuel Idelfonso e H a Henrique.

<sup>1</sup> Esta era a situação de Forte Velho em 1992.

<sup>1</sup> Depoimento de João Balula, membro da Coordenação Operacional do Movimento de Ação Negra.

<sup>1</sup> Depoimento de Sr. Roque em Cabedelo.

<sup>1</sup> Entrevista com Dona Joana em Cabedelo.

<sup>1</sup> Entrevista com Dona Terezinha do Nascimento em Cabedelo.